

Capital Áulica

A distância entre a capital federal e a nação brasileira fica cada vez maior. Não em quilômetros, mas em brasildade. O fenômeno foi inicialmente atribuído à localização da cidade em região de baixa densidade demográfica e escassa atividade econômica. O tempo passou, a transferência dos ministérios – com todo o sistema de satélites burocráticos – se completou, mas a capital não se nivelou com o país. Encastelou-se com espírito de privilégio e fixou a diferença.

Brasília se mantém distante do Brasil sob os mais diferentes ângulos, mas a diferença se acen-tua nos episódios políticos. O Congresso ficou sitiado por uma burocracia corporativa que filtra o sentimento nacional: a alta administração não admite crítica, como se a natureza democrática da sociedade fosse contagiosa. O funcionalismo federal se considera detentor do poder administrativo e a representação parlamentar faz o mesmo no plano político: recusa-se a tomar em consideração o julgamento de seus atos pelos brasileiros. Partidos e dirigentes políticos fizeram do patriotismo um acintosa reserva de domínio.

Essa anacrônica Idade Média, em plena era eletrônica, explica só em parte as diferenças de comportamento que separam os brasileiros em duas maneiras opostas de pensar e ser: os da capital e os do resto do país. As características regionais vão se atenuando por uma visão nacional da qual o denominador comum é gerado pela televisão. Não foi apenas a empáfia da burocracia federal que cavou esse fosso, mas também teve peso decisivo a circunstância de que a cidade estratificou a casta federal e a categoria social dos prestadores de serviço. A cidade oficial se refugiou no privilégio e quem não é servidor público, político ou empresário local não passa de prestador de serviço. Socialmente, essa parcela mora fora do Plano Piloto. Economicamente, trabalha para os de dentro. As cidades-satélites são guetos.

Cada vez mais brasileiros são tratados como estrangeiros quando chegam em caravanas para assistir às sessões da Câmara e do Senado nas quais estão em causa questões que lhes dizem respeito. A população residente não tem interesse pelo país e a parcela flutuante – os ocupantes de cargos políticos e a gente de gabinete, que se reveza com as trocas de ministros – não se interessa em melhorar as relações entre a capital e o resto do país. Com suas linhas modernas, através das quais se fez o pacto com o futuro, Brasília mais parece uma comunidade medieval, com um sentimento de indiferença autárquica pelo que acontece no Brasil.

Antes de Brasília, a capital sintonizava com a nação, os cidadãos se sentiam em casa quando vinham ao Rio e nunca ocorreu de serem tratados como turistas. No vendaval que se abateu sobre o Senado, a partir de um confronto pessoal, faltou a presença da opinião pública que Brasília não consegue ter. O predomínio da burocracia, com sua reverência aos valores efêmeros do prestígio político, inibe o aparecimento do senso crítico. A opinião burocrática se ocupa de carreiras de cada um e de hipóteses futuras, mas não do Brasil.

Os políticos mais uma vez mostraram que não conhecem os brasileiros e devem ter sentido que os brasileiros os estranham. O que vem acontecendo teria sido diferente, já teria acabado ou até nem mesmo tivesse começado, se houvesse opinião pública atuante.

Diante de tudo que se vê, fica faltando alguém reabrir o debate sobre a volta da capital para mais perto dos brasileiros e inseri-la na realidade social. Ou então que uma voz se levante em favor de uma capital com opinião pública atuante, capaz de vocalizar uma sociedade em que se misturem servidores públicos e população, mas em proporções inversas: mais cidadãos do que burocratas. Só assim se formará opinião pública, e não opinião áulica.